

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 33ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária

24 de Janeiro de 2025

Ao vigésimo quarto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e sete minutos, iniciou-se o primeiro dia da Trigésima Terceira Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participou de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza, Clarissa Paranhos Guedes, Fabiane Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Juliana de Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura. Participou de forma remota: Jefferson de Souza Bernardes, Raquel Souza Lobo Guzzo e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, saudou as presentes e procedeu à discussão dos pontos de pauta. Ponto 1. RECONDUÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA PARA 2025 (Processo Sei nº 576600004.000015/2025-75). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho abriu a plenária informando acerca da necessidade de atendimento ao regulamento interno do Conselho Federal de Psicologia, capítulo III, Art.7 que diz: "A Diretoria, órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do Plenário, é constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro, eleitos pelo Plenário, na primeira reunião ordinária de cada ano, de acordo com o disposto no Art. 39 do Dec. 79.822/77. Diante do exposto, destacou que se faz necessário realizar a recondução da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia. Não houve inscrições. Encaminhamentos: Aprovada a recondução da Diretoria atual do XIX Plenário, composta por: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Presidente), Alessandra Santos de Almeida (Vice-Presidente), Izabel Augusta Hazin Pires (Secretária) e Célia Mazza de Souza (Tesoureira). Ponto 2. 2025: AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO XIX PLENÁRIO NO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: AVANÇOS E DESAFIOS (Processo Sei nº 576600026.000005/2025-81). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho referiu que 2025 (dois mil e vinte e cinco) será o último ano de gestão do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia e faz-se necessária a avaliação de conjuntura, as realizações dos dois anos de gestão e os desafios para este último ano. Foi apresentado vídeo com as conselheiras. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho destacou que no final do segundo ano a Plenária permanece completa, com as 22 (vinte e duas) conselheiras que tomaram posse, sendo esta uma marca dessa gestão. Foi passada apresentação que continha avaliação dos dois anos e proposição de conjunto de ações para o próximo ano. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho fez análise da conjuntura atual, relembrando que neste ano haverá eleições e a realização de 3 (três) grandes eventos, quais sejam Congresso da Ulapsi, Congresso da Alfepsi e CBP, nos quais o Conselho Federal de Psicologia é coorganizador, o 12º CNP em que o Conselho Federal é organizador, e a realização das próprias eleições que geram inúmeras demandas. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro acrescentou que é preciso relembrar que essa gestão é uma gestão pós pandemia, e que há impactos em se fazer gestão logo após o distanciamento da pandemia. E que um dos impactos foi a articulação política, as conexões humanas, as redes sociais que trazem perdas e ganhos.

44

45

46

47

48

49 50

51

52 53

54

55

56

57

58

59

60

61

62 63

64

65

66

67

68

69

70 71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87

88

89

90

91

92 93

94

95

E salientou que, depois desta Apaf, pensa que os espaços presencias estão prejudicados, pois há um processo de inflar as conexões digitais, as redes digitais. E ponderou que é preciso pensar politicamente como vamos aproveitar estes momentos presenciais. Alessandra Santos de Almeida concordou com o que a conselheira Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pontuou e ressaltou que há algo importante do percurso deste plenário que foi dar conta de ser a primeira gestão do Sistema Conselhos após a eleição com vagas estabelecidas. Raquel Souza Lobo Guzzo mencionou que deve fazer parte da análise de conjuntura a reconstrução da ação da psicologia nas políticas sociais. Pensa que abriram outras frentes, tais como a psicologia na educação, psicologia com as pessoas indígenas, e que se faz necessário assegurar que estas pautas continuem. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho leu a apresentação "o que é o último ano de gestão" e destacou os pontos importantes. Contou sobre os prêmios recebidos, as moções de agradecimento da Abrasme, do Conselho Nacional da Saúde. Continuou falando sobre os números do XIX plenário. Izabel Augusta Hazin Pires comentou sobre as qualidades dos pareceres de julgamento ético e que as seções se transformaram em momento de aprendizado. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho foi comentando sobre os números, sobre as publicações, sobre as auditorias, sobre o lançamento da escola de governança, implementação das visitas técnicas aos Conselhos Regionais, assessoria parlamentar, participação efetiva do Conselho Federal em 5 (cinco) frentes parlamentares, maior aproximação do Conselho Federal com os Conselhos Regionais, internacionalização. Ivani Francisco de Oliveira comentou sobre um ponto de pauta que abordava o I Congresso de Psicoterapia, neste foram indicados Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro e Rodrigo Acioli Moura para representar o CFP na organização do evento. Destacou que ficou acordado que outras formas de participação seriam definidas na plenária de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), e referiu que tem interesse em participar. Não houve encaminhamentos. Ponto 3. LEMBRETE PARA COORDENAÇÃO GERAL (Não há Processo no Sei). Carolina Saraiva relembrou que há o compromisso de não marcar reuniões paralelas em dias de 'plenária, julgamento de processos disciplinares e julgamento de processos administrativos. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho salientou que devemos destacar e verificar as nossas prioridades, pois os julgamentos e as plenárias são ações precípuas. Carolina Saraiva lembrou que foi encaminhamento de plenária que as agendas seriam bloqueadas nos dias de julgamentos e de plenária, independentemente de participação. Não houve encaminhamentos. Ponto 4. AVALIAÇÃO APAF DEZEMBRO 2024 (Processo Sei nº 576600026.000004/2025-37). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que é preciso fazer avaliação sobre a Apaf. Clarissa Paranhos Guedes disse que estava bem organizada, mesmo com a falta de luz. Pensa que estamos empobrecidos na discussão enquanto Sistema. Perguntou como podemos nos organizar para que os debates sejam mais produtivos. Alessandra Santos de Almeida considerou que estão avançando de forma muito significativa na organização da Apaf, inclusive nas questões de acessibilidade geral, acolhimento e espaço de discussão importante para que a diversidade possa ser representada. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho destacou que o local escolhido foi o melhor local em que foi realizada uma Apaf. Falou sobre a reunião de presidentes, que foi uma reunião tranquila e com maior número de novos presidentes, totalizando 08 (oito) trocas. Izabel Augusta Hazin Pires considerou que foi a Apaf mais organizada, que houve a nítida coesão das delegadas e convidadas do Conselho Federal, foi uma Apaf difícil, mas que foi marcada por momentos muito importantes. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que é preciso fazer diálogo com os Conselhos Regionais no sentido de informar que a Apaf de maio é a última Apaf das gestões e que é preciso que os plenários estabeleçam as suas prioridades. Pensa que nesta Apaf de maio poderia ser proposto que a Apaf de dezembro seja realizada em 3 (três) dias no sentido de aproveitar mais o tempo de debate. Ressaltou que a Apaf tem poder decisório, e que poderia aproveitar o espaço da Apaf para recepcionar os próximos plenários. E pensa ainda que a Apaf de maio deva abarcar os assuntos prioritários. Encaminhamentos: A) Articular a realização de reunião com os CRPs, em tempo anterior à próxima Assembleia, para destacar o conteúdo do

98

99

100

101 102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114115

116

117

118119

120

121122

123124

125

126

127

128

129

130

131

132133

134

135

136

137

138

139 140

141

142

143144

145

146

147

148

149

150

151

Regimento Interno da Apaf e aspectos como: Orientações do Tribunal de Contas da União em relação aos Sistemas Conselhos; Contestação à autonomia do Conselho Federal de Psicologia significa contestar, inclusive, a autonomia dos Conselhos Regionais. B) Otimizar a pauta da Apaf de maio em termos de prioridades e, na ocasião, propor a realização da Apaf de dezembro com duração de três dias. Ponto 5. JULGAMENTO DE **ADMINISTRATIVO** EM GRAU DE RECURSO (Processo 576600003.000005/2025-40). Alessandra Santos de Almeida apregoou o processo referindo que se trata de recuso quanto ao indeferimento do requerimento de solicitação do título de especialista em Psicologia Clínica. Tendo como relator Rodrigo Acioli Moura. Ele procedeu à leitura do relatório conclusivo e do voto. Tendo sido o seu voto: voto por conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo o voto do CRP 06 pelo indeferimento do requerimento de solicitação do título de especialista em Psicologia Clínica. Acompanharam o voto do relator: Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza, Roberto Chateaubriand Domingues, Nita Tuxá, Fabiane Rodrigues Fonseca, Clarissa Paranhos Guedes e Alessandra Santos de Almeida. Não acompanham o voto do relator: não houve; Abstenção: não houve. Encaminhamento: Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, com voto pela negação de provimento ao recurso e manutenção da decisão do CRP-06. A plenária foi interrompida às 12:15 h (doze horas e quinze minutos) e retornou às 14:07h (catorze horas e sete minutos). Ponto 6. ATAS DA 30ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO XIX PLENÁRIO DO CFP - 25 E 26/10/2024 (Processo Sei nº 576600004.000005/2025-30) e ATAS DA 31º PLENÁRIA ORDINÁRIA DO XIX PLENÁRIO DO CFP - 22 E 23/11/2024 (Processo Sei nº 576600004.000006/2025-84). Os pontos foram apreciados em conjunto e Izabel Augusta Hazin Pires disse que é preciso apreciar as atas das duas plenárias. Não houve inscrições. Encaminhamento: Aprovadas, por unanimidade, as atas da 30ª e 31ª Plenária Ordinária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Ponto 7. REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CRP 10/PA (Processo Sei nº 576600020.000119/2025-81). Célia Mazza de Souza informou que o Conselho Regional de Psicologia – CRP-10/PA enviou ofício ao Conselho Federal de Psicologia – CFP informando sobre a necessidade de reformular seu orçamento para o exercício de 2025, e que está solicitando a suplementação no valor de 3 (três) milhões, pois desejam realizar a reforma e a ampliação da sede do CRP 10. Referiu que a área técnica do Conselho Federal de Psicologia avaliou o parecer e mostrou-se favorável ao mesmo. Encaminhamento: Aprovada, por unanimidade, a Reformulação Orçamentária do CRP-10/PA. Ponto 8. SOLICITAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE À CONCESSÃO DE RECURSOS PARA PUBLICAÇÕES DOS CRPS (Processo Sei nº 576600013.000015/2024-85). Célia Mazza de Souza disse que o CRP/MG, o CRP/SP, o CRP/RS e o CRP/CE tiveram publicações aprovadas no âmbito da Resolução CFP n° 12/2018, que concede, anualmente, recursos da Conta Revista para publicações dos CRPs. Porém, por motivos diversos, não puderam cumprir o prazo para prestação de contas (31/12/2024), e, por isso, solicitam ampliação desse prazo. CRP/MG: solicita ampliação do prazo de prestação de contas até 28/3/2025. CRP/SP solicita ampliação de prazo de prestação de contas até 31/1/2025. CRP/RS: solicita ampliação de prazo de prestação de contas até 31/1/2025. CRP/CE: solicita ampliação de prazo de prestação de contas até 30/4/2025. Em consulta, a Gerência Financeira informou que, do ponto de vista financeiro, não foi identificado qualquer impacto negativo na prorrogação do prazo para as prestações de contas. Não houve inscrições. Encaminhamento: Aprovados, por unanimidade, os pedidos de ampliação de prazo para prestação de contas referentes à concessão de recursos. Ponto 9. INCLUSÃO EM PAUTA E INDICAÇÃO DE RELATORIA PARA MARÇO DE 2025 (Processo Sei nº 576600290.00076/2024-73). Carolina Saraiva disse que é preciso designar relatores para o julgamento do dia 28 (vinte e oito) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Disse ainda que em janeiro e fevereiro não haverá julgamento e que foi pactuado que seriam julgados 10 (dez) processos quando possível. Encaminhamento: A) Designadas as seguintes relatorias e pauta dos processos a serem julgados no dia 28/3/2025, conforme segue: Presidência: Pedro Paulo Gastalho Bicalho Repautar processos: 1) Processo Disciplinar a) OS

154

155

156

157

158

160

161

162163

164 165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188 189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

570700252.000048/2024-34: Relatoria: Evandro Morais Peixoto; 2) Processo Disciplinar CFP № 570700252.000034/2023-30: Relatoria: Marina de Pol Poniwas. B) Pautar os processos: 1) Processo Disciplinar CFP № 576600020.000364/2020-84; Relatoria: Célia Mazza de Souza; 2) Processo Disciplinar CFP № 570700252.000016/2024-39; Relatoria: Henrique Pereira de Figueiredo; 3) Processo Disciplinar CFP 571400107.000033/2022-80 Relatoria: Clarissa Paranhos Guedes; 4) Processo Disciplinar CFP Nº 576600020.001411/2024-31 Relatoria: Fabiane Rodrigues Fonseca. **Ponto 10.** DESIGNAÇÃO DE RELATORAS(ES) PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600003.000411/2024-21). Alessandra Santos de Almeida referiu que o próximo julgamento é previsto para o dia 20 de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no turno matutino, em formato online. Assim, é necessária a designação de conselheiras relatoras para os respectivos processos. Encaminhamentos: Designadas as seguintes relatorias para os processos administrativos com julgamento previsto para Paulo Gastalho de Bicalho. Presidência: Pedro Processo 570600389.000192/2024-81 Relatora: Célia Mazza de Souza; 2) **Processo** 570600389.000193/2024-25 Relatora: Célia Mazza de Souza: 3) Processo 570600389.000185/2024-89 Relator: Roberto Chateaubriand Domingues; 4) Processo: 570600403.000005/2024-33 Relatora: Juliana de Barros Guimarães; 5) Processo 570800123.000492/2024-70 Relator: Conselheira Evandro Moraes Peixoto; 6) Processo 570800123.000491/2024-25 Relatora: Izabel Augusta Hazin Pires; 7) Processo 576600020.002469/2024-00 Relator(a): Izabel Augusta Hazin Pires; 8) Processo 576600020.002476/2024-01 Relatora: Ivani Francisco de Oliveira; 9) Processo 576600020.002562/2024-14 Relatora: Izabel Augusta Hazin Pires. A plenária retomou a discussão do ponto: Ponto 2. 2025: AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO XIX PLENÁRIO NO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: AVANÇOS E DESAFIOS. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que apareceram muitos eventos e que há sugestão de que alguns eventos sejam inseridos nos grandes eventos. Dessa forma, foi discorrendo sobre o calendário mês a mês de forma a realizar avaliação da gestão e verificar os próximos eventos. Alessandra Santos de Almeida disse que o encontro das comissões de emergências e desastres acontecerá na próxima semana. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro lembrou que no começo da gestão ela referiu sobre um grupo de Whatsapp sobre emergências e desastres no SUAS e que ela pode mediar. Rodrigo Acioli Moura salientou a importância da escola de governança e que seria importante que XIX gestão participe da reunião de transição. Carolina Saraiva comentou sobre o evento da Diáspora da UFAL, que este evento é sobre estudantes negras e perguntou se o Conselho Federal pode ser coorganizador. Rodrigo Acioli Moura relembrou que o combinado foi de que os convites fossem direcionados à instituição e não convites pessoais. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro lembrou que há convites diretos devido a participações nos espaços que as conselheiras já estão participando. Izabel Augusta Hazin Pires considerou que o envio de material e a divulgação nas redes é importante. Ivani Francisco de Oliveira ponderou sobre a coordenação de eventos, que o Conselho Federal apoia eventos nacionais e internacionais e questionou a coorganização do Conselho Federal em eventos de estudantes. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que o edital de eventos e patrocínios é para eventos nacionais, então pensa que a coorganização também deva seguir a mesma lógica. O plenário ponderou sobre a participação nos eventos e envio de material, estande. As participações no evento Diáspora foram autorizadas, mas não foi autorizada a coorganização. Ponto 11. Ponto inserido na hora: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2025 -PLANEJAMENTO ANUAL (Processo Sei nº 576600005.000023/2025-10). Daniel Arruda disse que existem 13 (treze) Conferências Nacionais de Políticas Públicas previstas pelo Governo Federal para realização em 2025, incluindo etapas municipais, estaduais, distrital e livres. Diante da necessidade de priorização para o melhor planejamento das ações a serem executadas para a mobilização da categoria ao longo do ano, a Diretoria solicitou apresentar alguns dados para deliberação do Plenário. Disse que as 13 (treze) Conferências Nacionais são distribuídas em 4(quatro) blocos por período: 1) maio/junho;

210

211

212

213214

215

216

217

218

219

220

221222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232233

234

235

236

237

238239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

2) julho/agosto; 3) setembro/outubro/novembro; 4) dezembro. Comentou que a participação do Conselho Federal não é exclusivamente na etapa nacional e que varia de acordo com o grau de mobilização que é feito. Foi discorrendo sobre as conferências, as datas, os tipos de participação. E disse que foram pensadas sugestões de critérios para a participação das conselheiras nas conferências. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro comentou que a Conferência sobre Economia Solidária o Conselho Federal poderia realizar a divulgação e que algumas pautas já possuem algumas entidades engajadas na incidência da temática. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo referiu que as comissões mobilizadoras já devem estar constituídas, então o Conselho Federal poderia não participar. Pensa que poderiam ser realizadas atividades autogestionadas nas atividades que foram elencadas como prioridades podemos ampliar o debate. Daniel Arruda perguntou sobre a realização de evento único para todas as conferências e qual seria a conferência de referência. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo considerou que algumas mobilizações gerais devem passar para mobilizações parciais, pois alguns temas possuem mais incidência na psicologia. Alessandra Santos de Almeida comentou que a pauta de assédio e de saúde do trabalhador é uma temática que está sendo bastante explorada e pensa que deve ser realizada mobilização parcial. Sugeriu que seja mobilizado o Grupo de Trabalho de POT também na estratégia a ser traçada. O plenário debateu sobre a participação da psicologia nas políticas públicas e a participação da categoria nas conferências nacionais. Rodrigo Acioli Moura disse que é importante caracterizar o que é a mobilização parcial para definir a incidência do Conselho Federal. Daniel Arruda solicitou que fosse pautada na próxima plenária o plano de ações das 6(seis) conferências tidas como prioritárias. Encaminhamento: A) Apresentado o calendário de realização das Conferências no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com ênfase em critérios que possam definir o engajamento do Conselho Federal em relação a cada uma delas considerando datas, capacidade de atendimento das equipes do Conselho Federal, participação do Conselho Federal em órgãos de controle social e outros aspectos. B) Aprovada a metodologia de distribuição das Conferências conforme proposta (Prioridade 1: Mobilização Completa; Prioridade 2: Mobilização Parcial; Não prioritário; Não abordar). C) Elencar o pacote de ações que compõem a alternativa "Mobilização Parcial" para melhor compreensão do Plenário em relação aos blocos 1 e 2, conforme proposta a seguir, e pautar para a próxima Plenária para fins de definição: Prioridade 1: Mobilização Completa: 5ª Meio Ambiente (6-9/maio); 5ª Igualdade Racial (25-29/julho); 5ª Mulheres (setembro); 5ª LGBTQIA+ (21-25/outubro); 14ª Assistência Social (6-9/dezembro); 13ª Direitos Humanos (10-12/dezembro). Prioridade 2: Mobilização Parcial: 5ª Saúde da Trabalhadora (18-21/agosto); 6ª Pessoa Idosa (5-8/novembro). D) Aprovada a realização de evento único de mobilização para todas as Conferências elencadas nos blocos 1 e 2. Foi indicada a Conselheira Neuza Guareschi (Crepop) como referência para a organização deste evento. E) Aprovada a proposta de participação do Conselho Federal conforme os critérios propostos aos blocos 3 e 4: Não prioritário: 6ª Cidades (agosto); 6ª Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (maio/junho); 4ª Economia Solidária (agosto). Não abordar: 3ª Desenvolvimento Rural (julho); 3ª Arquivos (12-15/dezembro). Ponto 12. FUNCIONAMENTO DOS GTS INTERNOS DO SETOR TÉCNICO (Processo Sei nº 576600026.000010/2024-11). Encaminhamento: A) Pautar para a próxima Plenária, após discussão do ponto em Reunião de Diretoria. B) Pautar para a reunião de Diretoria. Ponto 13. APROVAR A RESOLUÇÃO SOBRE DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS (Processo Sei nº 576600003.000238/2020-38). Neuza Maria de Fátima Guareschi comentou que a Resolução foi aprovada em Apaf e que é preciso a aprovação da Resolução, bem como a sua publicação. Não houve inscrições. Encaminhamento: Aprovada a publicação da Resolução de orientação de estágio em psicologia, conforme apresentado. Ponto 14. INTERVENÇÃO DO CFP NA COP-30 (Processo Sei nº **576600005.000043/2024-00).** Alessandra Santos de Almeida disse que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que o Brasil foi formalmente confirmado como sede da COP 30. O anúncio foi oficializado durante sessão plenária da COP 28, em Dubai. Será a primeira vez que a Amazônia sediará uma COP. A COP acontecerá em Belém do

265

266

267

268269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

Pará nos dias 10 a 21 de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Informou que a Cúpula dos Povos se constitui como fórum de Organizações e Grupos Sociais mobilizados ao redor das pautas e debates sobre meio ambiente, mudança climática e justiça ambiental. Foi criada por ocasião da Rio+20 e segue mobilizando organizações. Em 01 e 02/08/2024, foi realizada a Plenária Nacional da Cúpula dos Povos rumo à COP 30, em Brasília, com mais de 120 entidades. O grupo lançou Carta Aberta e convoca mais organizações para a construção de uma agenda de debates preparatórios e concomitantes à COP30. Daniel Arruda disse que o que tem de mobilização para a COP 30 é a cúpula dos povos e que fizeram contato com o Conselho de Biologia que participou na COP 29 para estabelecer parceria. Comentou que o que está colocado para este momento é a adesão do Conselho Federal na Carta Aberta da Cúpula dos Povos rumo à COP 30 e também a elaboração de documento sobre os acontecimentos climáticos. Alessandra Santos de Almeida disse que a intenção é que este documento seja levado para a COP 30. Procedeu à leitura da Carta Aberta. Carolina Saraiva apontou que não podemos mudar a carta, mas que durante a defesa seja feita menção a povos e comunidades tradicionais e de matriz africana, e que não foram citadas as beradeiras. Não houve mais inscrições. Encaminhamentos: A) Aprovada a adesão do CFP à Cúpula dos Povos. B) Aprovada a assinatura do CFP à Carta Aberta Rumo à COP30. C) Designada a conselheira Alessandra Santos de Almeida como representante do CFP junto à Cúpula dos Povos. C) Destacada a importância de pautar povos e comunidades tradicionais e de terreiro nas discussões nesse espaço de representação. Ponto 15. PEDIDO DE ASSINATURA - NOTA TÉCNICA ABRASME CONTRA O PL Nº 511/2024 (Processo Sei nº 576600020.002524/2024-53). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que o Conselho Federal recebeu para análise e, eventual assinatura, a Nota Técnica da Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME a qual rejeita o Projeto de Lei 551/2024 de autoria do Deputado Federal Carlos Jordy, que propõe alterações na Lei 10.216/2001. Disse que o PL traz graves implicações para a política de saúde mental no Brasil e que algumas entidades já assinaram a Nota Técnica. Perguntou se não há nenhuma dúvida quanto à solicitação. Encaminhamentos: Aprovada, por unanimidade, a assinatura do CFP à Nota Técnica proposta pela ABRASME. Ponto 16. CREPOP: COMISSÃO DE REVISÃO DA REFERÊNCIA CREAS (Processo Sei nº 576600012.000016/2024-30). Neuza Maria de Fátima Guareschi disse que na Reunião Plenária de dezembro de 2024, o ponto foi apresentado e o debate foi iniciado, bem comoa composição da comissão. O encaminhamento da plenária apontou para a retomada da apreciação em janeiro de 2025, informa que está aguardando as indicações, relembrando que as mesmas devem abarcar as diversidades e regiões. Encaminhamentos: Foram indicados os seguintes nomes para verificação de interesse e disponibilidade: Céu Cavalcanti - UFRJ (Região Sudeste); Maria Cláudia Santos Lopes Oliveira - UnB (Região Centro-Oeste). Ponto 17. CONSULTA PÚBLICA - RT GESTORES SUAS (Processo Sei nº 576600012.000003/2025-41). Neuza Maria de Fátima Guareschi disse que a Referência Técnica oferece diretrizes e orientações para a prática dos psicólogos no SUAS, destacando a importância da psicologia na promoção dos direitos humanos e na construção de políticas públicas mais justas e equitativas. Ela também enfatiza o papel das psicólogas como agentes transformadores, capazes de atuar em contextos de vulnerabilidade social e contribuir para a proteção social. Disse ainda que a consulta pública é o momento oportuno para que considerações sejam apresentadas à comissão que redigiu a publicação. Propomos que esta etapa seja realizada no período de 03/02/2025 a 21/03/2025, e a publicação lançada no CONGEMAS-2025, previsto para o mês de agosto. Solicitou que uma conselheira lesse e fizesse sugestões. Após discussão foi definido que Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro fará a leitura e contribuições ao texto. Encaminhamento: Designada a Conselheira Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro para leitura e contribuição ao texto. Ponto 18. ENCAMINHAMENTOS - OFICINA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DOS COMITÊS ESTADUAIS ORFANDADE E DIREITOS - CONTRIBUIÇÕES DO CFP NA PAUTA DA ORFANDADE (Processo Sei n° 576600005.000510/2024-93). Marina de Pol Poniwas apresenta o ponto ressaltando que se trata de oficina realizada,

320

321

322 323

324

325

326 327

328

329

330

331 332

333

334

335 336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

resultado de desdobramento do Seminário Nacional Orfandade e Direitos, com o objetivo de construção de parâmetros e finalidades comuns ao trabalho de cada comitê estadual, operando de maneira cocriativa e colegiada em cada estado. Foi um momento para que cada membro atuante no respectivo comitê estadual, explicite os avanços organizativos e desafios concretos da incidência política junto às instituições que compõem o sistema de garantia de direitos. Foram consideradas prioridades a inclusão do tema no "Passaporte da Cidadania", a organização de uma conferência nacional em parceria com o MDHC e a inserção da pauta na COP30. Também foi enfatizada a produção de materiais formativos (como uma cartilha) e o uso de inteligência artificial para aprimorar políticas públicas, além da integração entre assistência social, Judiciário e escolas para identificar crianças em situação de orfandade. Por fim, prevê-se a criação de uma secretaria temporária para garantir a execução das ações até que a Coalizão se consolide. Destacou que a pauta da orfandade é de grande relevância para o Conselho Federal de Psicologia e deve ter continuidade, sendo necessário definir como essa atuação será estruturada. Além disso, os Conselhos Regionais de Psicologia também precisam realizar essa análise, avaliando os avanços já alcançados e identificando os próximos passos. Para fortalecer o alinhamento e garantir a implementação das ações, sugere-se a realização de reunião com os presidentes dos Conselhos Regionais de Psicologia, visando discutir estratégias conjuntas e encaminhamentos necessários. Comentou sobre a abertura de processo judicial contra o Conanda e que a repercussão disso continua e disse também sobre as articulações que estão sendo realizadas para derrubar o processo judicial, e que é preciso implementar a Resolução que foi aprovada. Disse ainda que há Projetos de Lei que querem que seja retirada a proposição deliberativa do Conanda. E, ainda, que há a solicitação de que o Conselho Federal assuma a presidência do Conanda novamente. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro perguntou como os Conselhos Regionais podem realizar a incidência. Marina de Pol Poniwas informou que alguns Conselhos Regionais já divulgaram as Resoluções do Conanda e que é preciso essa divulgação para que haja o engajamento nas políticas públicas. Disse que será realizada reunião remota com todas as presidentes dos Conselhos Regionais para apresentar as Resoluções do Conanda. Encaminhamentos: A) Aprovada a proposta de fazer articulação com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) para alinhar estratégias por meio de contato com os presidentes a fim de ampliar o debate e fomentar a implementação das iniciativas nos estados. B) Na ocasião, destacar, além das questões atinentes ao tema de orfandades, de que modo as recentes resoluções do CONANDA acerca de outros temas impactam o exercício profissional da categoria. O primeiro dia da reunião plenária foi encerrado às dezessete horas e dois minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas.

356 357 358

359

360

361

362

Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi**, **Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva**, **Conselheira(o) Secretária(o)**, em 10/04/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura**, **Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13</u> de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca**, **Conselheira(o) Suplente**, em 10/04/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida**, **Conselheira Vice-Presidenta**, em 10/04/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo**, **Conselheira(o) Suplente**, em 10/04/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza**, **Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 10/04/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues**, **Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães**, **Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes**, **Conselheira(o) Suplente**, em 10/04/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires**, **Conselheira(o) Suplente**, em 10/04/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo**, **Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 10/04/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.
12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 10/04/2025, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira**, **Conselheira(o) Suplente**, em 16/04/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes**, **Conselheira(o) Suplente**, em 22/04/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 22/04/2025, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 22/04/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador **2133232** e o código CRC **E41621B4**.

Referência: Processo nº 576600004.000066/2025-05

SEI nº 2133232